

Oficio nº 15/2017

Serviço: Gabinete do Prefeito

Assunto: Solicita Retirada do Projeto de Lei Complementar n.º 101/2017

Data: 23 de janeiro de 2017

Senhor Presidente.

Venho, pelo presente, solicitar de V. Exa. que retire o Projeto de Lei Complementar nº 101/2017, que Dispõe Sobre a Alteração da LC Nº. 06/2009, Desmembramento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a criação dos Cargos Coordenador do PSF, Coordenador de Vigilância Epidemiológica, Assessor Técnico Administrativo — Cultura e Diretor do Serviço de Assistência Jurídica — SAJ na Organização Administrativa do Executivo Municipal, e dá outras Providências, enviado no dia 12 de janeiro de 2017.

Atenciosamente,

MARCO AURÈLIO RABELO GOMES
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Vereador PAULO SERGIO DE MORAIS Presidente da Câmara Municipal de PAINS- MG

CÂMARA MUN	CIPAL DE PAINS
PROTOCOLO Nº _	03 12017
	17 hora 09:00
Recebido por	Overlya



MENSAGEM

CÂMARA MUN	IICIPAL DE PAINS
PROTOCOLO Nº	01 1017
Data 11	IT hora N: N5
Recebido por	Dahilya

Pains, 09 de janeiro de 2017.

Senhor Presidente,

Visando a máxima efetividade na prestação dos serviços públicos por parte deste poder público municipal, segue anexo Projeto de Lei Complementar que **Dispõe Sobre a** Alteração da LC Nº. 06/2009, Desmembramento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a criação dos Cargos Coordenador do PSF, Coordenador de Vigilância Epidemiológica, Assessor Técnico Administrativo – Cultura e Diretor do Serviço de Assistência Jurídica – SAJ na Organização Administrativa do Executivo Municipal, e dá outras Providências.

Tais alterações se fazem necessárias, uma vez que a Secretaria Municipal de Educação tem uma estrutura muito enxuta para atender às demandas administrativas, pedagógicas e de gestão da merenda escolar, transporte escolar, e é responsável pela execução de no mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do Orçamento Municipal.

O município possui o conselho de Patrimônio Cultural, sendo que a Secretaria nasce da necessidade de atender aos anseios culturais da população, propiciando maior desenvolvimento a todas as manifestações de cultura e valorizando a nossa tradição. E, com a complexidade de Gestão que há nos dois setores públicos, a separação possibilitará uma melhor gestão dos serviços públicos na educação e, também, na cultura.

Existem vários equipamentos ligados à cultura, como a Biblioteca Pública, o Museu Arqueológico do Carste do Alto do São Francisco - MAC, o Centro de Memória Painense, os Telecentros de Inclusão Digital, que necessitam de uma maior atenção dos gestores. A Secretaria também vai se responsabilizar pelas atividades musicais, literárias, folclóricas, artísticas,



pela organização de eventos e pela gestão e manutenção do Centro Cultural que em breve será inaugurado no município. O que justifica também, a criação de mais uma vaga de Assessor Técnico Administrativo da cultura.

A criação dos cargos no quadro funcional da saúde se deve a uma tentativa de melhor gestão do programa saúde da família e da coordenação de vigilância epidemiológica, com o fim de melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados na área. Esclarece, ainda, que estas funções já existem e eram até o momento preenchidos por processos seletivos para contratação temporária. Devido a natureza destes cargos é necessário que se faz a incorporação destes na estrutura de cargos comissionados da administração.

O município já vem há alguns anos prestando a assistência judiciária a um grande número de Painenses, o que tem aumentado nos últimos anos. E, a administração, para suprir e manter os serviços, vem contratando a prestação de serviços de profissionais do direito via licitação. Ocorre que tais serviços, hoje sedimentados no município demanda de uma presença e de uma gestão mais efetiva para a sua prestação. E, ainda, o serviço tornou-se contínuo. E a legislação é clara quando diz que para os serviços contínuos, ou seja, não temporários, necessário que a administração promova a criação de cargos e seu consequente preenchimento.

Ocorre que esta função demanda um grau de confiança elevado no desempenho das atribuições, o que determina a inclusão deste cargo na estrutura de cargos comissionados da administração.

Esclarece, ainda, que o Cargo de Coordenador Executivo do PROCON já foi criado pela Lei Municipal nº. 999/2006, e neste momento a administração está apenas incluindo-o no corpo da Lei Complementar nº. 06/2009.

Portanto, visando a uma melhor gestão no setor da cultura de Pains e no setor de saúde pública, submetemos a essa eg. Casa Legislativa o presente projeto de Lei Complementar, requerendo a tramitação em caráter de urgência e em Sessão Extraordinária.

Ante o exposto, solicitamos de V. Exa. e de seus Ilustres Pares que, recebendo o projeto, após sua tramitação nessa Casa, o declarem aprovado, em razão de sua importância para o Município.



Aproveitamos o ensejo para renovar protestos de nosso elevado apreço.

Atenciosamente,

MARCO AURÉLIO RABELO GOMES Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Vereador PAULO SÉRGIO DE MORAES Presidente da Câmara Municipal de Pains/MG



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 10/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE PAINS
PROTOCOLO Nº 01 / 101H
Data 17 / 0 / 11 hora 14 4 / 15
Recebido por Milita

Dispõe Sobre a Alteração da LC Nº. 06/2009, Desmembramento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a criação dos Cargos Coordenador do PSF, Coordenador de Vigilância Epidemiológica, Assessor Técnico Administrativo – Cultura e Diretor do Serviço de Assistência Jurídica – SAJ na Organização Administrativa do Executivo Municipal, e dá outras Providências.

O povo do Município de Pains, por seus representantes, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica desmembrado na estrutura administrativa do executivo a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, passando o art. 10, § 2º da Lei Complementar Nº. 0006/2009 a vigorar com a seguinte redação:

"Аг	t.	10	0	 	 	 ٠.,	 ٠.	 	• • •		•••	 	 	•	 	••	• • •	••	• • •	 	• • •	• • •	 •
§1º	_			 	 	 	 	 	· · ·	•••		 	 		 		٠.			 			

- §2° Os Órgãos de Atividade Meio e Fim compreendem:
- I Secretaria Municipal de Fazenda e Administração;
- II Secretaria Municipal de Educação;
- III Secretaria Municipal de Saúde;
- IV Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo;
- V Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo;
- VI Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- VII Secretaria Municipal de Esportes;
- VIII Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- IX Secretaria Municipal de Transportes.
- X Secretaria Municipal de Cultura;"
- **Art. 2º -** Fica acrescido ao Artigo 11 da Lei Complementar nº. 06/2009 o item III, passando a vigorar com a seguinte redação:
 - "Art. 11 A estrutura administrativa e funcional básica de cada um dos órgãos de Assistência e de Assessoramento Direto e Imediato ao Prefeito e de Atividade Meio e Fim compreendem, dadas a natureza e nível de atuação, as seguintes unidades funcionais e/ou atividades:



- I ASSESSORIA TÉCNICA ADMINISTRATIVA e OPERACIONAL prestar serviços técnicos qualificados para assessoria direta ao Gabinete e às Secretarias Municipais, com conhecimentos técnicos específicos para sua área de atuação;
- II DIRETORIAS: dirigir, supervisionar e orientar, segundo diretrizes e normas a serem estabelecidas em portarias editadas pelo Prefeito Municipal a unidade administrativa descentralizada sob sua direção.
- III COORDENADORIAS: Coordenar programas municipais criados, ou a serem criados, nas diversas áreas de atuação municipal;

Parágrafo Único - Constituem unidades administrativo-operacionais descentralizadas:

- I Unidades de Saúde;
- II Escolas Municipais de Ensino Fundamental;
- III Escolas Municipais de Ensino Infantil;"
- **Art.** 3º Fica criado na estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Fazenda e Administração o cargo de Diretor do Serviço de Assistência Jurídica SAJ, com (01) uma vaga.
- **Art. 4º** O Artigo 12 da Lei Complementar nº. 06/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:
 - "Art. 12 Integram a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Fazenda e Administração:
 - I Assessoria de Comunicação Social;
 - II Diretoria de Cadastro, Tributação e Fiscalização;
 - III Diretoria de Tesouraria;
 - IV Diretoria de Licitações;
 - V Diretoria do Servico de Assistência Jurídica SAJ
 - VI Coordenador Executivo do PROCON
 - VII Assessoria Técnica Administrativa de Contabilidade;
 - VIII Assessoria Técnica Administrativa de Compras;
 - IX Assessoria Técnica Administrativa de Pessoal;
 - X Assessoria Técnica Administrativa de Almoxarifado;
 - XI Assessoria Técnica Administrativa de Arquivo e Patrimônio.
 - XII Assessoria Técnica Administrativa de Processamento de Dados CPD
- Art. 5º Fica acrescido, na estrutura de cargos comissionados da administração, 01 (uma) vaga ao cargo de Assessor Técnico Administrativo para integrar a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Cultura.

2



- **Art. 6° -** Altera o art. 13 e acrescenta o Art. 19.A à Lei Complementar nº. 06/2009, passando ambos a vigorar com a seguinte redação:
 - "Art. 13 Integram a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação:
 - I Diretoria Escolar;
 - II Vice-Diretoria Escolar:
 - III Assessoria Técnica Administrativa Educação
 - Art. 19.A Integram a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Cultura:
 - I Diretoria do Museu Municipal;
 - II Assessoria Técnica Administrativa Cultura. "
- Art. 7º Fica criado na estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Saúde os cargos, com 01 (uma) vaga cada, de:
 - I Coordenador do Programa Saúde da Família PSF;
 - II Coordenador da Vigilância Epidemiológica;
- **Art. 8º -** O Artigo 14 da Lei Complementar nº. 06/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:
 - "Art. 14 Integram a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Saúde:
 - I Diretoria Administrativa do Hospital;
 - II Diretoria de Vigilância Sanitária;
 - III Assessoria Técnica Administrativa Saúde;
 - IV Coordenadoria do Programa Saúde da Família PSF;
 - V Coordenadoria da Vigilância Epidemiológica;
- **Art. 9° -** O Anexo I e II da Lei Complementar nº. 06/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

CLASSE DE AGENTES POLÍTICOS

DENOMINAÇÃO	VAGAS	Subsídio
Secretário Municipal de Fazenda e Administração	01	2.400,00
Secretário Municipal de Educação	01	2.400,00
Secretário Municipal de Cultura	01	2.400,00

❖ Subsídio fixado pela Lei Municipal nº 1.086/2008.





<u>ANEXO II</u>

TABELA DE CARGOS EM COMISSÃO E VENCIMENTOS

DENOMINAÇÃO	VAGAS	VENCIMENTO

Assessor Técnico Administrativo	15	1.400,00
20202077		
Diretor do Serviço de Assistência Jurídica - SAJ	01	4.024,48
Diretor Geral de Limpeza Pública	01	
Coordenador Executivo do PROCON	01	
Coordenador do Programa Saúde da Familia - PSF	01	3.806,32
Coordenador da Vigilância Epidemiológica	01	3.806,32
Total	44	

- **Art. 10º** Altera o Anexo III da Lei Complementar nº. 06/2009, alterando o item 2, b e acrescentando a alínea "j" ao item 2, passando a vigorar com a seguinte redação:
 - "2. Funções Gerais das Secretarias Municipais
 - a) Compete à Secretaria Municipal de Fazenda e Administração:

b) Compete à Secretaria Municipal de Educação:

- I assessorar o Prefeito Municipal na formulação da política educacional do Município, no âmbito de sua competência;
- II coordenar o sistema educacional do Município, de acordo com a legislação vigente;
- III a responsabilidade pelas atividades relativas à educação de ensino infantil e fundamental;
- IV a instalação e manutenção de estabelecimentos municipais de ensino;
- V a elaboração e execução do Plano Municipal de Educação;
- VI a manutenção de programas de alimentação escolar;
- VII a instalação e manutenção de bibliotecas escolares;
- VIII dirigir, planejar, orientar, coordenar, supervisionar e controlar todas as atividades relacionadas a política da educação no que concerne as divisões subordinadas a sua área de atuação;
- IX promover convênios visando a melhoria do padrão educacional do Município;
- X promover concursos literários, artísticos e culturais no ambiente escolar;
- XI estimular os eventos artísticos e culturais no ambiente escolar;





j) Compete à Secretaria Municipal de Cultura:

1 - assessorar o Prefeito Municipal na formulação da política cultural do Município, no âmbito de sua competência;

II - gestão e manutenção da Biblioteca Pública;

III - a difusão cultural no município;

IV - articular-se com outros órgãos, visando estimular atividades culturais no Município;

V - incentivar o surgimento de grupos culturais no Município;

VI - promover concursos literários, artísticos e culturais;

VII – promover e estimular os eventos artísticos e culturais no município;

VIII - dirigir, planejar, orientar, coordenar, supervisionar e controlar todas as atividades inerentes a cultura, no âmbito do Município;

IX - promover a preservação e divulgação do patrimônio histórico e cultural do Município;

X - promover e executar e supervisionar as atividades do Museu municipal.

XI – gerir o Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Pains-MG – FUMPAC:

Art. 11 - Altera o anexo III da Lei Complementar nº. 06/2009, acrescentando as alíneas " h, i e j" ao item 3, passando a vigorar com a seguinte redação:

h) Compete ao Coordenador do Programa Saúde da Família:

Escolaridade: Curso Superior na área de Saúde

Jornada de Trabalho: 40 horas semanais

Atribuições:

I - promover o entrosamento entre as equipes com objetivos correlatos; orientar a condução dos trabalhos nos respectivos órgãos;

II - buscar uniformidade no trabalho das equipes, respeitando as necessidades de cada uma. Quando se tratar de coordenador de equipe ligado a saúde, deverá assegurar que as Unidades de Saúde com PSF funcionem considerando o programa como prioridade, visando a prevenção da doença, a promoção da saúde e educação em saúde; implantar a avaliar constantemente o "acolhimento";

III - discutir juntamente com a equipe a situação das famílias, planejando as visitas domiciliares; buscar planejar ações, juntamente com a equipe, para a solução dos problemas da comunidade e, quando necessário, participar ativamente destas ações bem como da divulgação das mesmas;

IV - organizar e solucionar os problemas relacionados ao agendamento de consultas nas Unidades de Saúde da Família; orientar o trabalho da equipe formulando os cronogramas de trabalho e de grupos de educação em saúde;

V - desempenhar toda e qualquer atividade relacionada ao funcionamento do PSF e PACS.

-5



 VI — monitorar e avaliar o processo de implantação da Estratégia Saúde da Família e seu impacto em parceria com os setores afins;

VII — acompanhar a supervisão geral do programa no que diz respeito a normatização e organização da prática da atenção básica em saúde, garantindo a integralidade e a intersetorialidade;

VIII — acompanhar a estruturação da rede básica na lógica da Estratégia Saúde da Família:

IX — garantir junto à gestão municipal os recursos materiais para o desenvolvimento das ações;

 X — articular com o Departamento de Gestão do Trabalho e Educação e Saúde
 DGTES a busca de parcerias com as instituições de ensino superior para os processos de capacitação, titulação e ou acreditação dos profissionais ingressos na Estratégia Saúde da Família;

XI — articular outros setores da Secretaria Municipal de Saúde visando à integração e contribuição desses com a implantação da Estratégia Saúde da Família.

XII – elaboração da PAVS – Programação das Ações de Vigilância em Saúde

XIII – contribuição na elaboração Plano Municipal de Saúde.

XIV - contribuição na elaboração do Relatório de Gestão.

XV – avaliação das Equipes de Saúde da Família.

i) Compete ao Coordenador da Vigilância Epidemiológica:

ESCOLARIDADE: Curso Superior na área de Saúde

CARGA HORÁRIA: 40h/Semanais

Atribuições:

I - realizar notificações compulsórias das doenças e agravos de acordo com a PORTARIA Nº 104, DE 25 DE JANEIRO DE 2011;

II - realizar investigação de doenças notificadas no âmbito municipal juntamente com um representante da Secretaria do Estado de MG;

 III - realizar ações programáticas para o acompanhamento da evolução de doenças com objetivo de impedir que o nº de casos aumente, não colocando em risco a saúde de toda a população;

IV - coleta e análise de dados, como morbidade, mortalidade materna e infantil, número de nascidos vivos, mortalidade geral, cobertura vacinal, teste do pezinho, Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, Saúde Mental, Alcoolismo, dentre outros, propondo medidas para melhorar os índices do município de Pains;

V - processamento de dados coletados nos programas SIAB, SINASC, SIM, SINAN, PNI e outros;

VI - recomendação das medidas de controle apropriadas de acordo com diagnóstico local do município;

VII - divulgação de informações pertinentes em jornais (locais e regionais).

VIII - promover ações educativas junto a população referente a drogas, violência, tabagismo e alcoolismo;

IX - coordenar as ações de planejamento familiar e controle de DST's e AIDS.



j) Compete ao Coordenador Executivo do PROCON:

I – assessorar o Prefeito Municipal na formulação da política do Sistema
 Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor;

II – planejar, elaborar, propor e executar a Política do Sistema Municipal de Defesa dos Direitos e interesses dos Consumidores;

III – fazer a gestão das demandas apresentadas pela população ao órgão e dando a elas os devidos tratamentos administrativos, ou seja, solucionando ou encaminhando-as aos órgãos competentes;

IV – promover campanhas de Orientação dos consumidores sobre seus direitos e garantias;

V – incentivar e apoiar a criação e organização de órgãos e associações comunitárias de defesa do consumidor e apoiar as já existentes;

VI – desenvolver palestras, campanhas, feiras, debates e outras atividades correlatas;

VII – atuar junto ao Sistema Municipal formal de ensino, visando incluir o Tema Educação para o Consumo no currículo das disciplinas já existentes, de forma a possibilitar a informação e formação de uma nova mentalidade nas relações de consumo:

VIII — manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o pública e anualmente (art. 44 da Lei nº 8.078/90 e Art. 57 a 62 do Decreto n.º 2.181/97), e registrando as soluções;

IX – fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90 e Decreto nº 2.181/97);

X – decidir e julgar os processos administrativos oriundos da atividade do órgão, como instância de julgamento;

 XI – planejar e solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnica para a consecução dos seus objetivos.

Art. 12 - Altera a Lei N°. 1.103 de 2009 que institui o Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural do Município de Pains – MG, como segue:

" Onde se lê, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, passa-se a ler Secretaria Municipal de Cultura."

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 021/2011 e 22/2011.

Prefeitura Municipal de Pains, 09 de janeiro de 2017.

MARCO AURÉLIO RABELO GOMES
Prefero Municipal